

PARECER Nº 10/2026

PROCESSO Nº 0711002/2025/SUPRI

SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DE CASTANHAL/PA.

ASSUNTO: ANÁLISE DA COMPATIBILIDADE DO OBJETO SOCIAL (CNAE) E DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA DE EMPRESA, RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE APICULTURA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DE CASTANHAL.

DISPENSA Nº 149/2025-PMC

À Secretária de Suprimentos e Licitações,

RELATÓRIO

O processo administrativo foi encaminhado a esta Procuradoria Jurídica para exame e manifestação acerca da compatibilidade entre o objeto social da empresa proponente e o objeto da contratação pretendida.

Conforme informação prestada pela Agente de Contratação, as empresas participantes do certame não possuem, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, objeto social compatível com o objeto do presente processo.

Registra-se, ainda, que, em razão da apresentação de carta de desistência pela empresa J.E DE OLIVEIRA RODRIGUES (VAGALUME) às fls. 219, foram acostados aos autos os atestados de capacidade técnica da empresa classificada em segundo lugar, detentora da segunda proposta de menor preço, para fins de análise jurídica por esta Procuradoria.

Consigna-se que a análise e a emissão do parecer jurídico referentes à fase preparatória e à verificação da compatibilidade do objeto social (CNAE) da empresa classificada em primeiro lugar na cotação já foram devidamente realizadas, conforme se



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



verifica às fls. 114 a 122 e 214 a 217, em atendimento ao disposto no art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

Os autos do processo encontram-se regularmente formalizados e instruídos, observando as diretrizes dispostas na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no que se refere aos documentos juntados após a emissão do primeiro parecer jurídico, consistentes em:

- a) Carta de Desistência da empresa J.E. DE OLIVEIRA RODRIGUES (fl. 219);
- b) Carta de Convocação para a empresa AGROPECUÁRIA CASTANHAL LTDA e seu Anexo (fls. 220 a 223);
- c) Atestados de Capacidade Técnica e Certidões de Regularidade da empresa AGROPECUÁRIA CASTANHAL LTDA (fls. 224 a 258);
- g) Despacho à assessoria Jurídica (fl. 259);

É o breve relatório. Passamos ao parecer.

PARECER

Inicialmente, cumpre esclarecer que o exame levado a efeito neste parecer limita-se aos aspectos estritamente jurídicos inerentes ao procedimento, especialmente no que se refere à análise da compatibilidade entre o objeto social (CNAE) e os atestados de capacidade técnica da segunda empresa que apresentou a proposta de menor preço, à luz do objeto da contratação.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, é lícita a exigência de atestados de capacidade técnica para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional dos licitantes, desde que tais documentos demonstrem a prévia execução de atividades de complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto da contratação, observada a necessária compatibilidade com o objeto licitado e a vedação a exigências que restrinjam indevidamente a competitividade do certame.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



O Manual de Licitações do TCU dispõe que a capacidade técnica pode ser demonstrada por:

B. Certidões ou atestados ou outros documentos (definidos em edital) que comprovem a experiência anterior do licitante na execução de atividades similares ao objeto da licitação, em características, quantidades e prazos. Podem ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que tenham contratado o licitante e, quando for o caso, emitidos pelo conselho profissional competente. (<https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/5-5-2-habilitacao-tecnica>).

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União (TCU) firmou entendimento no sentido de que o aspecto fundamental para habilitação técnica (Acórdão nº 444/2021 – Plenário) **é a comprovação da experiência da empresa em atividades análogas ao objeto da licitação**. Essa decisão enfatiza que a exigência rígida de correspondência de CNAE e o objeto licitado pode comprometer a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, contrariando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que regem as contratações públicas.

No caso concreto, verifica-se, em análise preliminar e a partir da documentação acostada aos autos, que a empresa detentora da segunda proposta de menor preço, apresentou atestados de capacidade técnica que indicam experiência anterior no fornecimento de equipamentos e materiais de natureza similar aos objetos da presente contratação, tendo fornecido ao Município de Inhangapi/PA, macacão em nylon com ventilação para proteção, item de mesma natureza e finalidade daquele previsto no Item 1 do presente processo, consistente no fornecimento de conjunto de apicultor, bem como fumigador profissional para abelhas, de natureza e funcionalidade equivalentes ao Item 2 da contratação, conforme se verifica às fls. 233 e 234, documentação está que revela a compatibilidade, sob o aspecto técnico-operacional, com o objeto licitado e comprovando a aptidão da empresa para o fornecimento do material pretendido.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Diante desse contexto, a ausência de correspondência exata entre o objeto social constante do CNAE e o objeto da contratação não se revela suficiente para afastar a habilitação da empresa, uma vez que restou devidamente comprovada, por meio de atestados idôneos acostados aos autos, a sua capacidade técnica para executar o objeto licitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, ressalvado o caráter opinativo deste parecer e consignando-se que os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação não se submetem à análise desta Assessoria Jurídica, conclui-se que o procedimento de Dispensa de Licitação para a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de apicultura, constante no Processo nº 0711002/2025/SUPRI, bem como seus anexos, atendem às exigências legais previstas na Lei nº 14.133/2021, não se verificando óbices de ordem jurídica ao regular prosseguimento do feito, inclusive quanto à contratação da empresa que apresentou a proposta de menor preço, desde que observadas as demais formalidades legais.

É o parecer de caráter meramente opinativo que submete à aprovação e decisão superior, S.M.J.

Castanhal/PA, 12 de janeiro de 2026.

CAROLINE SCHAFF
PLACIDO:00264267222
7222

Assinado de forma digital
por CAROLINE SCHAFF
PLACIDO:00264267222
Dados: 2026.01.12
11:51:32 -03'00'

Caroline Schaff
OAB/PA Nº 24.217
Procuradora Municipal